

## RESULTADO DOS RECURSOS DO GABARITO E PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS COMUNS - NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
11	40.999	DEFERIDO	Anulação da questão	<p><b>QUESTÃO ANULADA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO</b></p> <p>No final do texto na alternativa C, deveria estar “,” e não o sinal de +</p>
	42.321			
	42.875			

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO

RECEPCIONISTA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
33	41.218	INDEFERIDO	Anulação da questão	A questão correta não se repete, portanto não existe dúvidas quanto a escolha da resposta assertiva.
39	41.907	INDEFERIDO	Anulação da questão	O verbo no presente do indicativo não interfere no conceito, mas sim reforça a orientação de não realizar determinada atitude no momento do atendimento.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
47	40.858	INDEFERIDO	Anulação da questão	<p>O comando da questão cita qual a tecnologia permite ao HD (Hard Disk) organizar as solicitações de gravação ou leitura.</p> <p><b>O NCQ (Native Command Queuing):</b> o NCQ é tido como obrigatório no SATA II e no SATA III, mas era opcional no padrão SATA I. Trata-se de uma tecnologia que permite ao HD organizar as solicitações de gravação ou leitura de dados em uma ordem que faz com que as cabeças se movimentem o mínimo possível.</p> <p><a href="https://www.infowester.com/serialata.php#sata_300">https://www.infowester.com/serialata.php#sata_300</a></p> <p>O Native Command Queuing (NCQ) é uma tecnologia projetada para melhorar o desempenho e a confiabilidade à medida que a carga de trabalho transacional aumenta nas unidades de disco rígido</p>

				<p>SATA. Quando vários comandos de leitura e gravação são enviados para a unidade SATA, o NCQ avança para otimizar a conclusão desses comandos agrupando os comandos em ordem de eficiência de processamento, reduzindo assim a carga de trabalho mecânica e aumentando o desempenho da unidade. Sem NCQ, a unidade processaria e completaria cada comando um a cada vez na ordem em que foi recebida.</p> <p><a href="https://sata-io.org/developers/sata-ecosystem/native-command-queuing">https://sata-io.org/developers/sata-ecosystem/native-command-queuing</a></p>
--	--	--	--	---

TÉCNICO EM ENFERMAGEM				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
39	41.552	<b>DEFERIDO</b>	Anulação da questão	<p style="text-align: center;"><b>QUESTÃO ANULADA</b></p> <p>O choque é uma situação que surge quando a quantidade de oxigênio no corpo está muito baixa e toxinas vão se acumulando, podendo causar lesões em vários órgãos e colocando a vida em risco. O estado de choque pode surgir por diversas causas e, para cada caso, o choque tem uma definição específica, como choque anafilático, séptico ou hipovolêmico, por exemplo.</p> <p><b><u>Choque hipovolêmico</u></b> Os sintomas incluem dor de cabeça leve, cansaço excessivo, tonturas, náuseas, hipotermia, sensação de desmaio e lábios cianóticos</p> <p><b><u>Choque neurogênico</u></b> Os sintomas incluem dificuldade para respirar, bradicardia, tonturas, sensação de desmaio, dor no peito e hipotermia.</p> <p><b>REFERÊNCIA</b> Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.</p> <p>Disponível em: <a href="http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/.../manualdeprimeirosocorros.pdf">www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/.../manualdeprimeirosocorros.pdf</a>. Acesso em 07/01/18</p> <p><b>Considerando similaridade dos sinais e sintomas, temos mais de uma resposta correta, portanto, questão anulada.</b></p>

42	42.868	<b>DEFERIDO</b>	Anulação da questão	<b>QUESTÃO ANULADA</b>  <b>A quantidade correta de ml era de 300 ml e, não 500 ml.</b>
	40.544			
	44.181			
	231.824			
	40.937			
	32.129			
	42.321			
	41.552			
	40.698			
	40.502			
42.978				

**TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
28	43.972	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso do candidato não está de acordo com o item 14.5.1 do edital. Não apresenta referências comprovando as alegações, como livros, artigos científicos e etc. A justificativa está nas páginas 117 e 121 do livro Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada 7ª ED. Do autor Bontrager, Kenneth L. O decúbito lateral esquerdo visualiza melhor o ar livre intraperitoneal na área hepática no abdome superior direito, por estar longe da bolha gasosa gástrica.
41	40.999	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	A justificativa está nas pagina 33 do livro Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada 7ª ED. Do autor Bontrager, Kenneth L. A justificativa para regra de usar no mínimo três incidências no sistema esquelético, envolvendo articulações, é que mais informações são necessárias do que aquelas fornecidas em apenas duas incidências. Por exemplo, como existem múltiplas superfícies e ângulos dos ossos formando a articulação, uma pequena fratura cominutiva oblíqua ou outra anormalidade dentro do espaço articular podem não ser visualizadas nas vistas frontal e lateral, mas perfeitamente demonstradas na posição oblíqua.
45	40.999	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso do candidato não está de acordo com o item 14.5.1 do edital. Não apresenta referências comprovando as alegações, como livros, artigos científicos e etc. A justificativa está na página 647 do livro Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada 7ª ED. Do autor Bontrager, Kenneth L.

				Prancha TAM-EM serve para imobilização de pacientes pediátricos.
46	40.999	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso do candidato não está de acordo com o item 14.5.1 do edital. Não apresenta referências comprovando as alegações, como livros, artigos científicos e etc. A justificativa está na página 647 do livro Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada 7ª ED. Do autor Bontrager, Kenneth L. O Pigg-O-Stat é um aparelho de imobilização pediátrico comumente usado para exames ortostático de tórax e abdome.
47	43.972	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso do candidato não está de acordo com o item 14.5.1 do edital. Não apresenta referências comprovando as alegações, como livros, artigos científicos e etc. A justificativa está na página 64 do livro Técnicas Radiográficas 1ª ED. Editora Rubio, 2006 do Autor Biasoli Jr., Antonio O efeito teratogênico pode ocorrer a partir da exposição de embriões ou fetos a radiações ionizantes.

### CONHECIMENTOS COMUNS - NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
1	40.950	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	Admite-se aqui que a acentuação da palavra “transparência” se dá conforme o exposto por Cegalla (2008, p. 71), quando este aborda a acentuação das palavras paroxítonas e ilustra que “acentuam-se com o acento adequado os vocábulos paroxítonos terminados em ditongo crescente, seguido, ou não, de s: sábio, róseo, Gávea, planície, nódoa, régua, árdua, espontâneo, ânsia, decência, cerimônia, tênues, ingênuo, etc.”. Dado o exposto, prevalece a interpretação da palavra “transparência” como sendo um vocábulo paroxítono.
	43.548			
2	42.880	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	Questionam-se aqui, não as substituições de vocábulos, mas os conhecimentos a respeito dos tempos verbais teorizados por Cegalla (2008), segundo os quais, “está em condições” remete a um fato presente e não a uma possibilidade (tempo futuro). De tal forma, considera-se correta a alternativa D pelo fato de “puderem” ser uma forma verbal do futuro do subjuntivo que juntamente do vocábulo “eventualmente” remete à ideia de uma possibilidade.
	40.384			
	42.734			
	40.614			
	42.674			
3	42.734	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa mostra a seguinte definição como uma das possíveis para a palavra “vertiginoso”: “que ocorre com intensidade e muito depressa; que muda muito e rapidamente”. Admitindo-se aqui o significado de “atordoante” como adjetivo de
	40.950			

	40.234			<p>“atordoado”, conforme tal dicionário, e, segundo o qual, atribui como significado de “atordoado” a seguinte definição: “que ou o que atordo; estarrecido” (HOUAISS, 2009), o vocábulo “apressado” seria o correto a ser utilizado em uma eventual substituição, uma vez que seu significado é o mesmo que o da palavra “apressado”, que pode ser definida como “em alta velocidade; acelerado, rápido” (HOUAISS, 2009). O texto, ainda retoma/valida a compressão nesse sentido quando ressalta que “Devemos saudar o fato de a ciência avançar rapidamente para poder aplicar essa técnica de maneira segura em patologias que hoje não têm tratamento ou para evitar a transmissão de doenças hereditárias.”. Dado o exposto, mantém-se a alternativa C como correta.</p>
	41.480			
	41.224			
	43.874			
5	42.880	DEFERIDO	Mudança de gabarito	<p><b>MUDANÇA DE GABARITO PARA ALTERNATIVA A – PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR</b></p> <p>Houve um equívoco quanto a classificação do texto a respeito de seu caráter informativo, visto que o autor, de fato, explica e defende uma ideia, como se pode verificar, principalmente, no último parágrafo, o que permite com que este seja definido como um texto argumentativo. Dessa forma, conclui-se que a afirmativa correta é a letra A, sendo necessária, portanto, tal alteração no gabarito.</p>
	40.983			
	43.777			
	43.548			
	41.224			
6	43.504	INDEFERIDO	Anulação da questão	<p>Segundo Cegalla (2008, p. 364) “adjunto adverbial é o termo que exprime uma circunstância (de tempo, lugar, modo, etc.) ou, em outras palavras, que modifica o sentido de um verbo, adjetivo ou advérbio”. Cegalla (2008, p. 429) ainda afirma que “o adjunto adverbial, quando breve, pode dispensar a vírgula: “<i>Dentro do navio</i> homens e mulheres conversavam.””, o mesmo caso pode ser verificado em “<i>Em agosto</i> foi aprovado nos EUA o primeiro tratamento comercial”, uma vez que, por se tratar de um adjunto adverbial breve, após “em agosto” é permitida a utilização de vírgula, mas essa utilização não é obrigatória, portanto, a questão está correta.</p>
10	40.917	INDEFERIDO	Anulação da questão	<p>Adotando-se aqui a conceituação de Cegalla (2008, p. 627-628), quando este ilustra que “Personificação: É a figura pela qual fazemos os seres inanimados ou irracionais agirem e sentirem como pessoas humanas. É um precioso recurso da expressão poética. Por meio desta figura, também chamada prosopopeia e animização, empresta-se vida e ação a seres inanimados. (...) Comum é a personificação de conceitos abstratos: A Morte roubou-lhe o filho mais querido.”, é enfocado que no título tal figura de linguagem é a que prevalece, uma vez que ele evidencia o salto da terapia genética de um patamar a outro.</p>
	40.234			
	43.504			
	43.874			

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
---------	-----------------	--------	-----------	---------

13	42.674	<b>DEFERIDO</b>	Anulação da questão	<b>QUESTÃO ANULADA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR</b> Selecionará intervalo da soma. Faltou citar a palavra “soma” na resposta
15	42.674	<b>INDEFERIDO</b>	Mudança de gabarito	Para resolução da questão deve-se atentar para a sequência descrita no enunciado. O qual segue do comando de teclas CTRL + Enter, possibilitando assim o navegador completar o endereço e o usuário ser direcionado ao site.

### LEGISLAÇÃO

QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
23	43.504	<b>INDEFERIDO</b>	Mudança de gabarito	O recurso apresentado pelo candidato apresenta pedido de alteração de gabarito, contudo, ao analisar os gabaritos divulgados percebe-se que a alternativa correta assinalada é a “D”. Ou seja, o candidato solicita alteração de gabarito para uma questão que já se encontra gabaritada de forma correta. Pois, de acordo com o art. 15 da Lei nº8.080/90, no inciso V é atribuição comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde”. Portanto, não há motivo para alteração de gabarito, devendo permanecer a alternativa “D”, como correta.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NÍVEL SUPERIOR

#### ADVOGADO

QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
27	41.054	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso apresentado pelo candidato versa sobre assunto relacionado ao Direito Administrativo, especificamente sobre LICITAÇÃO. Entretanto, a questão de nº27 da prova do cargo de ADVOGADO, versa sobre DIREITO CONSTITUCIONAL, especificamente sobre a vedação de instalação de juízos ou tribunais de exceção. Portanto, deve o recurso ser indeferido.
31	41.054	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso interposto pelo candidato versa sobre a aplicação de fiscalização do Tribunal de Contas às fundações privadas. Contudo, o enunciado introdutório da questão nº 31, deixa claro que a questão trata de fundações públicas de direito público e fundações públicas de direito privado. Portanto, observa-se que na lição da Prof. Maria Sylvania Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, p. 513, 27ª Ed.) às fundações públicas de direito privado se subordinam à fiscalização dos Tribunais de Contas. Do mesmo modo, Di Pietro deixa claro que a presunção de veracidade e executoriedade de seus atos administrativos é característica das Fundações Públicas de Direito Público. Portanto, o recurso deve ser indeferido.
	42.880	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	Na lição da Prof. Maria Sylvania Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, p. 513/514, 27ª Ed.) às fundações públicas de direito privado e de direito público se aplicam algumas regras em comum, acrescentando-se às últimas: “a presunção de veracidade e executoriedade de seus atos administrativos; inexigibilidade de

				inscrição de seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, porque sua personalidade jurídica já decorre de lei; não submissão à fiscalização do Ministério Público; impenhorabilidade de seus bens e sujeição ao processo especial de execução estabelecido no art. 100 da Constituição; juízo privativo (art. 109, inciso I, da Constituição Federal)". Portanto, o recurso deve ser indeferido.
	40.950	<b>INDEFERIDO</b>	Mudança de gabarito	Na lição da Prof. Maria Sylvania Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, p. 513/514, 27ª Ed.) pode-se dizer que se aplicam as fundações públicas de direito privado as seguintes normas de natureza pública: subordinação à fiscalização, controle e gestão financeira, o que inclui fiscalização pelo Tribunal de Contas e controle administrativo, exercido pelo Poder Executivo (supervisão ministerial). Do mesmo modo, a renomada Prof. Di Pietro esclarece que existem normas aplicáveis a ambos os tipos de fundações públicas, de direito privado e de direito público, porém à estas últimas acrescentam-se outras normas: "a presunção de veracidade e executividade de seus atos administrativos; inexigibilidade de inscrição de seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, porque sua personalidade jurídica já decorre de lei; não submissão à fiscalização do Ministério Público; impenhorabilidade de seus bens e sujeição ao processo especial de execução estabelecido no art. 100 da Constituição; juízo privativo (art. 109, inciso I, da Constituição Federal)". Por fim, percebe-se que a subordinação à fiscalização do Tribunal de Contas é aplicável tanto as fundações públicas de direito privado, quanto às de direito público. Portanto, o recurso deve ser indeferido.
33	42.880	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O presente recurso tem por objeto evidenciar a não existência de risco à liberdade no corpo do enunciado de forma explícita. Contudo, percebe-se que a questão exigia interpretação e hermenêutica do candidato, pois se é determinada uma busca em local considerado pela doutrina e jurisprudência como residência, e dessa busca resultam provas de cometimento do crime, as quais são juntadas ao inquérito e encaminhadas para o Ministério Público, é imperioso que por questão de hermenêutica haja risco à liberdade do investigado. Portanto, deve o recurso ser indeferido.
	40.950			
37	41.054	<b>INDEFERIDO</b>	Mudança de gabarito	O recurso interposto pelo candidato versa sobre Remédios Constitucionais, especificamente Habeas Corpus e Mandado de Segurança. Contudo, a questão nº 37 versa sobre Direito Administrativo, especificamente Licitação. Por este motivo, não há qualquer alteração no gabarito.
	42.880	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	Na Lição da Prof. Maria Sylvania Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, p. 373/374, 27ª Ed.) a licitação é no conceito de José Roberto Dromi o "procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para celebração de contrato.". Deste modo, percebe-se que a palavra conveniente vincula-se diretamente às condições fixadas no instrumento convocatório, as quais, por lógica, deverão ser um dos critérios de julgamento estabelecidos na Lei nº 8.666/93. Portanto, o recurso não deve ser deferido.
	40.614	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão /	Na Lição da Prof. Maria Sylvania Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, p. 373/374, 27ª Ed.) a licitação é no conceito de José Roberto Dromi o "procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento

			Mudança de gabarito	convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para celebração de contrato.”. Deste modo, percebe-se que a palavra conveniente vincula-se diretamente às condições fixadas no instrumento convocatório, as quais, por lógica, deverão ser um dos critérios de julgamento estabelecidos na Lei nº 8.666/93. Portanto, o recurso não deve ser deferido.
	41.224	<b>INDEFERIDO</b>	Mudança de gabarito	Na Lição da Prof. Maria Sylvania Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, p. 373/374, 27ª Ed.) a licitação é no conceito de José Roberto Dromi o “procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para celebração de contrato.”. Deste modo, percebe-se que a palavra conveniente vincula-se diretamente às condições fixadas no instrumento convocatório, as quais, por lógica, deverão ser um dos critérios de julgamento estabelecidos na Lei nº 8.666/93. Portanto, o recurso não deve ser deferido.
39	43.548	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso interposto pelo candidato requer a alteração de gabarito por entender que a resposta mais adequada seria a alternativa “C”, que considera que erro de fato não é motivo para propositura de Ação Rescisória. Contudo, a questão em análise não merece ser alterada, pois
40	40.614	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão / Mudança de gabarito	O recurso interposto não deve prosperar, pois o art. 454 da CLT ao exprimir que o empregado teria direito sobre as invenções produzidas na vigência do contrato de trabalho, deixa de forma expressa que a disposição não se aplica caso o trabalho tenha por objetivo a pesquisa científica, do mesmo modo é o disposto no art. 88 da Lei nº 9.279/96, legislação utilizada pelo candidato, o que fica claro na questão em análise, posto que está descrito que o invento foi realizado “no seu exercício profissional”. Deste modo, o recurso deve ser indeferido.
	40.950	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso interposto aduz que o conteúdo cobrado estaria fora do edital. Contudo, percebe-se que o conteúdo cobrado encontra-se vinculado ao Edital na parte referente a Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, a saber Contrato de Trabalho e Remuneração, matéria inclusive que encontra respaldo no art. 454 da CLT. Portanto, o recurso deve ser indeferido.
	43.874	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	O recurso interposto aduz que o enunciado apresenta defeito na sua construção. Contudo, observa-se que o enunciado deixa de forma clara que os inventos desenvolvidos pelo empregado ocorreram durante o exercício profissional, ou seja, durante atividade vinculada ao desenvolvimento dos inventos. Portanto, o recurso não deve ser deferido.

**ANALISTA DE SISTEMAS**

QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
48	40.808	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	A resposta que está questionando a alternativa A – Linguagem para modelagem de arquitetura de software estaria correta se estivesse sido escrita Linguagem para modelagem de engenharia de software, pois a UML serve para A UML - Linguagem de Modelagem Unificada (do inglês, UML - Unified Modeling Language) é uma linguagem-padrão para a elaboração da estrutura de projetos



				<p>de software. Ela poderá ser empregada para a visualização, a especificação, a construção e a documentação de artefatos que façam uso de sistemas complexos de software. Em outras palavras, na área de Engenharia de Software, a UML é uma linguagem de modelagem que permite representar um sistema de forma padronizada (com intuito de facilitar a compreensão pré-implementação). Não queira que arquitetura e engenharia sejam sinônimos.</p> <p>A forma como foi abordada a pergunta está correta, pois, a resposta certa é: Linguagem padrão que serve para a elaboração da estrutura de projetos.</p> <p>A arquitetura de software de um sistema consiste na definição dos componentes de software, suas propriedades externas, e seus relacionamentos com outros softwares.</p> <p>Engenharia de software é uma área da computação voltada à especificação, desenvolvimento e manutenção de sistemas de software, com aplicação de tecnologias e práticas de gerência de projetos e outras disciplinas, visando organização, produtividade e qualidade.</p> <p>Friedrich Ludwig Bauer foi o primeiro dizendo:      "Engenharia de Software é a criação e a utilização de sólidos princípios de engenharia a fim de obter software de maneira econômica, que seja confiável e que trabalhe em máquinas reais".</p>
--	--	--	--	---

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
31	40.234	INDEFERIDO	Anulação da questão	<p>A questão está de acordo com o conteúdo do certame na parte de “Contrato administrativo”, o candidato para responder a questão não precisava conhecer a Lei nº 8.666 /1993, a lei é citada no comando da questão apenas para criar um contexto fornecendo ao candidato um subsídio na hora de analisar as alternativas, contudo a alternativa busca identificar o conhecimento e habilidade do candidato quanto a temática “Contrato Administrativo” transcrevo o trecho final da questão, <b><u>“Marque a alternativa que não cabe ao contratado optar como uma modalidade de garantia no contrato com a administração pública”.</u></b></p> <p>Ademais, vale ressaltar que a administração pública é regida pelo princípio da legalidade onde a mesma só deve atuar mediante o que a lei determina. A Lei nº 8.666 /1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, <b><u>instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências</u></b>, ou seja, constitui-se a base legal para o estudo dos contratos administrativos.</p> <p>De acordo, com a (ENAP, 2015):          Da garanta</p>

				<p>Fica a critério da administração exigir ou não a garantia devendo ser exigida quando se fizer necessário. Decidindo pela sua exigência, tal previsão deve constar do instrumento convocatório, já que representa um ônus econômico-financeiro para o licitante.</p> <p>Ao contratado cabe escolher a modalidade de garantia que apresentará à administração.</p> <p>O limite é de 5% do valor do contrato, podendo ser elevado até o limite de 10% no caso de contratações de grande vulto.</p> <p>O art. 56 da Lei nº 8.666/93 traz a seguinte disposição referente ao assunto:      Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.</p> <p>§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)</p> <p><b>I - Caução Em Dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública</b>, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)</p> <p><b>II - Seguro-Garanta</b>; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)</p> <p><b>III - Fiança Bancária</b>. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)</p> <p>§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)</p> <p>§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)</p> <p>§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.</p>
--	--	--	--	--

				<p>§ 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.</p> <p>Travain, 2011 afirma que:</p> <p>A garantia é uma cláusula facultativa do contrato administrativo, consiste no direito da Administração Pública exigir garantias a fim de assegurar a execução correta e tempestiva do contrato a ser celebrado. Serão admissíveis essas garantias nos contratos de obras, serviços e compras e, uma vez exigidas, caberá ao contrato escolher qual pretende prestar, <b><u>dentre caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária</u></b> (art. 56, § 1º, I, II e III da Lei 8.666/93). Cumpre ressaltar que, apesar do caráter facultativo desta exigência, caso a autoridade competente opte por fazê-la, deverá tal imposição estar prevista desde logo no instrumento convocatório da licitação. Ademais, a referida lei permite que a Administração recolha essa garantia já a partir da licitação, “para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado” (art. 31 § 2º). Nesse caso, os licitantes perdedores reaverão as garantias prestadas assim que se encontrarem em tal situação (PIETRO, 2009, p.268).</p> <p>A garantia, ao ser exigida, permanece com a autoridade pública até a completa execução do contrato, momento em que deverá ser reavida pelo contratado. A Administração, porém, em caso de inadimplemento por parte do particular, poderá reter tais garantias como indenização pelos prejuízos sofridos e como recebimento das multas e indenizações a ela devidas (PIETRO, 2009, p.268).</p> <p>Ou seja, a única modalidade de garantia que não faz é permitida nos contratos administrativos é o aval solidário, conforme assinalado na alternativa D que é alternativa correta da questão.</p> <p><u>Referencia</u>        Severo, Ana Paula Passos Curso elaboração de editais para aquisições no setor público/ [autoras] Ana Paul30a Passos Severo e Michelle Marry Marques da Silva; revisão e atualização, Gisele Aparecida Gonçalves de Oliveira. - Brasília: ENAP, 2015.91 p.:il.        Travain, Victor Ribeiro. Do contrato administrativo: modalidades e cláusulas exorbitantes. Revista de Direito Público, Londrina, V. 6, N. 3, P. 3-20, OUT/DEZ. 2011</p>
39	40.234	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	A questão está de acordo com o conteúdo do certame na parte de “Contrato administrativo”, o candidato para responder a questão não precisava conhecer a Lei nº 8.666 /1993, a lei é citada no comando da questão apenas para criar um contexto fornecendo ao candidato um subsidio na hora

				<p>de analisar as alternativas, contudo a alternativa busca identificar o conhecimento e habilidade do candidato quanto a temática “Contrato Administrativo” transcrevo o trecho final da questão, <b><u>“Marque a alternativa correta quanto às cláusulas necessárias em todo contrato estabelecido pela administração pública”.</u></b></p> <p>Ademais, vale ressaltar que a administração pública é regida pelo princípio da legalidade onde a mesma só deve atuar mediante o que a lei determina. A Lei nº 8.666 /1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, <b><u>instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências</u></b>, ou seja, constitui-se a base legal para o estudo dos contratos administrativos.</p> <p>De acordo, com a (ENAP, 2015):</p> <p>Enfatizamos que o conteúdo do instrumento contratual já está previamente definido no edital, já que este compõe o edital como anexo. Assim, o contrato não poderá criar condições de participação na licitação. É essencial que seja mantida a harmonia na redação do contrato e do edital.</p> <p>As ditas cláusulas necessárias ou essenciais estão previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993:</p> <p>Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I - O objeto e seus elementos característicos;</li> <li>II - O regime de execução ou a forma de fornecimento;</li> <li>III - <b><u>O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;</u></b></li> <li>IV - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;</li> <li>V - O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;</li> <li>VI - As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;</li> <li>VII - Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;</li> <li>VIII - Os casos de rescisão;</li> <li>IX - <b><u>O reconhecimento dos direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;</u></b></li> </ul>
--	--	--	--	---

				<p><b><u>X - As condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;</u></b>          XI - A vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;          XII - A legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;          XIII - A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.          § 1º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)  <b><u>§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.</u></b>          § 3º No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p> <p>Ou seja, a única alternativa que contempla uma cláusula necessária em todo contrato administrativo estabelecido pela administração pública e o que está descrito na <b><u>alternativa A</u></b>, que é alternativa correta da questão <b><u>“O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento”</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O erro da alternativa B é que são as condições de <b><u>importação</u></b> conforme o art. 55 da Lei nº 8.666/1993 item X e não de exportação conforme está contido na alternativa <b><u>“As condições de exportação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso”</u></b>.</li> <li>✓ O erro da alternativa C é que são <b><u>os reconhecimentos dos direitos</u></b> conforme o art. 55 da Lei nº 8.666/1993 item IX e não de deveres conforme está contido na alternativa</li> </ul>
--	--	--	--	--

				<p><b><u>“O reconhecimento dos deveres da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei”.</u></b></p> <p>✓ O erro da alternativa D é que deve ser <b><u>o foro da sede da administração</u></b> conforme o art. 55 da Lei nº 8.666/1993 § 2º e não o foro da sede da empresa conforme está contido na alternativa <b><u>“Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da empresa para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei”.</u></b></p> <p>Referencia        Severo, Ana Paula Passos Curso elaboração de editais para aquisições no setor público/ [autoras] Ana Paul30a Passos Severo e Michelle Marry Marques da Silva; revisão e atualização, Gisele Aparecida Gonçalves de Oliveira. - Brasília: ENAP, 2015.91 p.:il.</p>
43	40.234	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	<p>A questão está de acordo com o conteúdo do certame na parte de <b><u>“Gestão de material e controle de estoques e almoxarifado”</u></b>, a alternativa busca identificar o conhecimento e habilidade do candidato quanto a temática <b><u>“controle de estoques”</u></b> transcrevo o trecho final da questão, <b><u>“Marque a alternativa correta sobre o ponto do pedido”</u></b>, a questão não pode ser tendenciada tendo sua base em situações peculiares devendo ser baseada exclusivamente no conteúdo elencado no edital do certame.</p> <p>Dessa forma, a única alternativa que consiste no conceito de ponto de pedido e o que está descrito na <b><u>alternativa C</u></b>, que é alternativa correta da questão <b><u>“É a quantidade de um determinado produto em estoque que, sempre que é atingida, provoca um novo pedido de compra”</u></b>.</p> <p>✓ Alternativa A está incorreta, pois esse conceito refere-se a <b><u>Tempo de Reposição</u></b>.</p> <p>✓ Alternativa B está incorreta, pois esse conceito refere-se a <b><u>Lote de Compras</u></b>.</p> <p>✓ Alternativa D está incorreta, pois esse conceito refere-se a <b><u>Estoque Mínimo ou de Segurança</u></b>.</p> <p>Referencia:        FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de materiais / Renato Ribeiro Felini. – Brasília: ENAP / DDG, 2013.115 p.. Curso Gestão de Materiais.1. Administração Pública – Brasil. 2. Administração de Materiais. I. título.</p>

45	40.234	INDEFERIDO	Anulação da questão	<p>A questão está de acordo com o conteúdo do certame na parte de “Contrato administrativo”, o candidato para responder a questão não precisava conhecer a Lei nº 8.666 /1993, a lei é citada no comando da questão apenas para criar um contexto fornecendo ao candidato um subsidio na hora de analisar as alternativas, contudo a alternativa busca identificar o conhecimento e habilidade do candidato quanto a temática “Contrato Administrativo” transcrevo o trecho final da questão, <b><u>“Marque a alternativa correta sobre o contrato administrativo”</u></b>.</p> <p>Ademais, vale ressaltar que a administração pública é regida pelo princípio da legalidade onde a mesma só deve atuar mediante o que a lei determina. A Lei nº 8.666 /1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, <b><u>instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências</u></b>, ou seja, constitui-se a base legal para o estudo dos contratos administrativos.</p> <p>De acordo, com a (ENAP, 2015):</p> <p style="padding-left: 40px;">Contrato é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for denominação utilizada (parágrafo único, art. 2º, Lei nº 8.666/1993).</p> <p>Para José dos Santos Carvalho Filho:</p> <p style="padding-left: 40px;">De forma simples, porém, pode-se conceituar contrato administrativo como o ajuste firmado entre a administração pública e um particular, regulado basicamente pelo direito público, e tendo por objeto uma atividade que, de alguma forma, traduza interesse público”.</p> <p>Ou seja, a única alternativa que contempla um conceito relacionado ao contrato administrativo estabelecido pela administração pública e o que está descrito na <b><u>alternativa A</u></b>, que é alternativa correta da questão <b><u>“Considera-se todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.”</u></b></p> <p>✓ O erro da alternativa B é que subordinam - se a essa Lei além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e não apenas <b><u>todos os órgãos da administração direta</u></b> conforme está contido na</p>
----	--------	------------	---------------------	---

				<p>alternativa <b><u>“Subordinam - se a essa Lei apenas os contratos administrativos de todos os órgãos da administração direta da União, Estados e dos Municípios.</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O erro da alternativa C é que conforme está contido na alternativa <b><u>“Em igualdade de condições, como critério de desempate, para a escolha do ente que celebrará o contrato com a Administração será assegurada preferência, exclusivamente aos bens e serviços produzidos no país”</u></b>. Contudo o correto e que: § 2o Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: I - (Revogado pela Lei nº 12.349, de 2010); II - produzidos no País; III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras; IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005) e V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.</li> <li>✓ O erro da alternativa D é que conforme está contido na alternativa <b><u>“E permitido estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991”</u></b>. Contudo o correto e que: § 1º É vedado aos agentes públicos: II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.</li> </ul> <p><u>Referencia</u></p>
--	--	--	--	---



				<p>FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. Editora Lumen Juris. 17 edição. São Paulo.p. 160.</p> <p>Severo, Ana Paula Passos Curso elaboração de editais para aquisições no setor público/ [autoras] Ana Paul30a Passos Severo e Michelle Marry Marques da Silva; revisão e atualização, Gisele Aparecida Gonçalves de Oliveira. - Brasília: ENAP, 2015.91 p.:il.</p>
47	40.234	INDEFERIDO	Anulação da questão	<p>A questão está de acordo com o conteúdo do certame na parte de “Contrato administrativo”, o candidato para responder a questão não precisava conhecer a Lei nº 8.666 /1993, a lei é citada no comando da questão apenas para criar um contexto fornecendo ao candidato um subsidio na hora de analisar as alternativas, contudo a alternativa busca identificar o conhecimento e habilidade do candidato quanto a temática “Contrato Administrativo” transcrevo o trecho final da questão, <b>“Marque a alternativa que demonstra uma possibilidade de alteração dos contratos públicos.”</b></p> <p>Ademais, vale ressaltar que a administração pública é regida pelo princípio da legalidade onde a mesma só deve atuar mediante o que a lei determina. A Lei nº 8.666 /1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, <b>instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências</b>, ou seja, constitui- se a base legal para o estudo dos contratos administrativos.</p> <p>De acordo, com a Lei nº8666/93 no seu art. 65º que aborda a Alteração dos Contratos:</p> <p>Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:</p> <p>I - <b>unilateralmente pela Administração</b>:</p> <p>a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;</p> <p>b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;</p> <p>II - <b>por acordo das partes</b>:</p> <p>a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;</p> <p>b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;</p>

				<p>c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;</p> <p>d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.</p> <p>Ou seja, a única alternativa que <b>consiste em uma possibilidade de alteração dos contratos públicos</b> e o que está descrito na <b>alternativa C</b>, que é alternativa correta da questão <b>“Unilateralmente, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.”</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O erro da alternativa A é que é que conforme está contido na alternativa <b>“Unilateralmente</b>, quando conveniente a substituição da garantia de execução. <b>Contudo o correto e que: por acordo das partes</b>, quando conveniente a substituição da garantia de execução.</li> <li>✓ O erro da alternativa B é que conforme está contido na alternativa <b>“Unilateralmente</b>, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários”. <b>Contudo o correto e que: por acordo das partes</b> quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.</li> </ul> <p>O erro da alternativa D é que conforme está contido na alternativa <b>“Unilateralmente</b>, quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a</p>
--	--	--	--	--

				<p>antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço”. <b>Contudo o correto e que: <u>por acordo das partes</u></b> quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.</p> <p><u>Referencia</u>          Severo, Ana Paula Passos Curso elaboração de editais para aquisições no setor público/ [autoras] Ana Paul30a Passos Severo e Michelle Marry Marques da Silva; revisão e atualização, Gisele Aparecida Gonçalves de Oliveira. - Brasília: ENAP, 2015.91 p.:il.</p>
--	--	--	--	--

ENFERMEIRO OBSTETRA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
45	41.545	INDEFERIDO	Anulação da questão	<p>De acordo com código de ética da Enfermagem não é permitido praticar eutanásia, copiar evolução e cooperar prática de abortamento.            O único item correto com relação às proibições é o da <b>letra A, que é o de Negar assistência de enfermagem em qualquer situação que se caracterize como urgência ou emergência</b></p> <p><b>Parecer INDEFERIDO</b></p>
49	40.323	DEFERIDO	Anulação da questão	<p><b>QUESTÃO ANULADA - PARA OS CARGOS DE ENFERMEIRO OBSTETRA E ENFERMEIRO UTI NEONATAL/PEDIÁTRICA</b></p> <p>A resolução do COFEN nº 17/2010 autoriza a inserção de DIU pelo enfermeiro treinado.</p>
50	40.323	DEFERIDO	Anulação da questão	<p><b>QUESTÃO ANULADA - PARA OS CARGOS DE ENFERMEIRO OBSTETRA E ENFERMEIRO UTI NEONATAL/PEDIÁTRICA</b></p> <p>No Brasil o sistema de saúde é fragmentado e organizado por níveis de atenção: primária, secundária e terciária.            A complexidade das ações de saúde, também, tem características fragmentadas, sendo divididas em primárias, secundárias e terciárias. As ações primárias estão relacionadas a prevenção de doenças e promoção da saúde. <b>As ações secundárias estão relacionadas a tratamento e controle de doenças já instaladas ou em fase pré-clínica, a hipertensão por exemplo.</b></p>

A questão será anulada pois faltou especificar na questão: “Nível de ação de Saúde”

MÉDICO GINECOLOGISTA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
26	43.504	INDEFERIDO	Anulação da questão	A data da última menstruação correlacionada aos sinais clínicos e as características da imagem estabelecem como principal hipótese diagnóstica a OVULAÇÃO. Ao ser liberado, o folículo ovariano pode acarretar dor e pequena quantidade de líquido livre. O manejo é conservador, com analgesia e observação
28	40.766	INDEFERIDO	Anulação da questão	O oligoâmnio se relaciona, com frequência, ao resultado perinatal desfavorável, seja em razão da doença de base que o determinou, seja em decorrência de seu efeito mecânico sob o concepto. Relaciona-se, ainda, à restrição de crescimento fetal, alterações cardiotográficas, baixos índices de Apgar ao nascimento, aumento da mortalidade perinatal e maior incidência de líquido amniótico meconial. O valor do índice do líquido amniótico <5cm relaciona-se ao pior prognóstico da gestação, com relação direta entre a diminuição do volume amniótico, a não reatividade fetal à cardiotocografia e a presença de desacelerações da frequência cardíaca fetal. Durante o trabalho de parto e o parto dessas gestantes com oligoâmnio, observa-se maior incidência de tocotraumatismos e de sofrimento fetal agudo, pela doença de base ou pela compressão do cordão umbilical do feto. Esses fatos não indicam a realização de cesárea em todos os casos, mas obrigam a monitorização fetal continua caso estejam em trabalho de parto. No caso apresentado, por se tratar de uma gestação à termo com oligoâmnio, indica-se a resolução da gestação. A cesárea seria a melhor via de parto, visto que a paciente está fora de trabalho de parto, com colo desfavorável à indução de trabalho de parto com ocitocina (Bishop <5). Além disso, não se recomenda a maturação do colo uterino com prostaglandinas. GABARITO: C
	43.504			
29	43.504	INDEFERIDO	Anulação da questão	Os Tratados e as Convenções Internacionais de Direitos Humanos reconhecem os direitos humanos das mulheres, especialmente no campo da saúde e da autodeterminação sexual e reprodutiva. Na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena (1993), ficou consagrado que os direitos das mulheres e meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais, e que a violência de gênero, inclusive a gravidez forçada, é incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo (1994), e na Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing (1995), ficou afirmado que os direitos reprodutivos são constituídos pelos direitos humanos reconhecidos nos diversos tratados e convenções internacionais e incluem

			<p>o direito de toda pessoa controlar e decidir sobre questões relativas à sexualidade e à reprodução, sem qualquer tipo de coerção, discriminação ou violência e, também, o direito a informações e os meios adequados que garantam o mais elevado padrão de saúde sexual e saúde reprodutiva. As declarações de Cairo e Beijing definem como saúde reprodutiva “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não de mera ausência de enfermidade ou doença, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo e suas funções e processos”.</p> <p>A saúde reprodutiva, pois, inclui o direito das mulheres:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem risco;</li> <li>de procriar, com liberdade para decidir fazê-lo ou não, quando e com que frequência;</li> <li>à informação e ao acesso a métodos seguros, eficientes e exequíveis de planejamento familiar de sua escolha;</li> <li>ao acesso a serviços de acompanhamento na gravidez e no parto sem riscos, garantindo-lhes melhores possibilidades de terem filhos são; e</li> <li>ao acesso a serviços de aborto legal ou não criminoso, de acordo com a sua livre decisão, sem riscos e sem discriminação.</li> </ol> <p>O Brasil é signatário dos documentos dessas conferências e de inúmeros tratados internacionais de direitos humanos, com destaque para a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979) e para a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (OEA, 1994), os quais garantem expressamente todos esses direitos, que foram incorporados ao nosso ordenamento jurídico nos termos do artigo 5º, §§ 2º e 3º da Constituição Federal/1988.</p> <p>O ordenamento jurídico brasileiro, portanto, incorporou os direitos humanos internacionais como direitos fundamentais, com seus princípios e normas éticas e jurídicas que, segundo a mencionada decisão do Supremo Tribunal Federal, garantem a interrupção da gestação ou a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos como um procedimento de assistência à saúde sexual e reprodutiva das mulheres.</p> <p>Assim, como já afirmou o Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o acesso à atenção à saúde, e, em especial, à saúde reprodutiva, é um direito básico das mulheres e, por isso, o Estado brasileiro, que tem o dever de garantir a saúde e o bem-estar das mulheres e das adolescentes, tem, também, a obrigação de garantir a elas a realização da interrupção da gestação ou da antecipação terapêutica do parto nos casos de gravidez de feto anencefálico.</p>
--	--	--	---

				<p>E os profissionais que atuam no sistema público de saúde, bem como aqueles que atuam nos serviços contratados ou conveniados que integram o SUS, têm a obrigação de dar assistência plena às mulheres e às adolescentes que optam por tal procedimento.</p> <p>Com relação à interrupção não criminoso da gestação, o sistema internacional de Direitos Humanos afirma o seguinte:</p> <p>a) “Às mulheres que optam pelo abortamento não criminoso devem ser garantidas todas as condições para a sua prática de forma segura e deve ser proporcionado a essas mulheres um tratamento humano e a devida orientação” (Programa de Ação do Cairo, parágrafo 8.25, Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo, 1994; Plataforma Mundial de Ação de Pequim, parágrafo 106 k; 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995; Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, parágrafo 63, do Capítulo IV.C; Assembleia Geral Extraordinária da ONU, Cairo + 5, Nova York, 1999; e Documento de Resultados de Pequim + 5, parágrafo 107 i; Assembleia Geral Extraordinária da ONU, Pequim + 5 – Mulher 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o século 21, Nova York, 2000).</p> <p>b) “Os sistemas de saúde devem capacitar e equipar as pessoas que prestam serviços de saúde e tomar outras medidas para assegurar que o aborto se realize em condições adequadas e seja acessível. Medidas adicionais devem ser tomadas para salvaguardar a saúde da mulher” (Documento de Resultados de Pequim + 5, parágrafo 63, III, do Capítulo IV; e Assembleia Geral Extraordinária da ONU, Pequim + 5 – Mulher 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o século 21, Nova York, 2000); e c) “Nas circunstâncias em que o abortamento não é proibido por lei, o sistema de saúde deverá treinar e equipar os provedores de saúde e deverá tomar outras medidas que assegurem que tais abortamentos sejam SEGUROS E ACESSÍVEIS. Medidas adicionais deverão ser tomadas para proteger a saúde das mulheres” (ONU, 1999, CIPD + 5).</p> <p>Logo, nos casos de interrupção da gestação de anencéfalo, o Estado também tem o dever de garantir às mulheres todas as condições para a sua prática de forma segura, deve proporcionar-lhes um tratamento humano e a devida orientação e, ainda, deve capacitar e equipar as pessoas que prestam serviços de saúde e tomar medidas para assegurar que o procedimento seja realizado em condições adequadas e seja acessível, salvaguardando a saúde da mulher.</p> <p>FONTE: Atenção às Mulheres com Gestação de Anencéfalos - Norma Técnica / Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Caderno nº 11</p>
31	43.504	<b>DEFERIDO</b>	Anulação da questão	<b>QUESTÃO ANULADA</b>

				Segundo Rezende, abortamento é a expulsão do ovo antes de 22 semanas se gestação ou com o concepto pesando <500 g
33	40.766	INDEFERIDO	Anulação da questão	Após análise foi constatada troca de letras durante a elaboração ou formatação da prova, porém a permuta NÃO ocasiona déficit de entendimento do enunciado e/ou assertivas, possibilitando assim sua resolução.
	43.504			
42	43.504	INDEFERIDO	Mudança de alternativa	O diagnóstico ultrassonográfico já está fechado em cisto simples, que é uma alteração benigna e não tem relação com câncer, na imensa maioria dos casos independente da idade. Nas mulheres em idade fértil, o tumor de ovário é incomum e menos de 1% dos cistos de ovário representam, na verdade, um tumor maligno. Nas mulheres pós-menopausa, a maioria dos cistos também é benigno, porém, a ocorrência de tumores com aspecto semi-cístico é maior, o que demanda um pouco mais de atenção por parte do médico. A solicitação de Ca 125 é indicada para mulheres pós menopausa. A aparência do cisto pela ultrassonografia e o valor do CA 125 ajudam a definir a melhor conduta. Se o cisto tiver uma aparência benigna e o CA 125 for baixo, o médico irá apenas acompanhá-lo com exames de ultrassom a cada 3 ou 6 meses. Entretanto, se houver alguma dúvida quanto à benignidade da lesão, a cirurgia pode ser a conduta mais recomendada.
45	43.504	INDEFERIDO	Anulação da questão	Pacientes com diagnóstico de AGc devem ser encaminhadas para colposcopia, com nova coleta de material para citologia, com especial atenção para o canal cervical. Na persistência de AGc na citologia, o colo e o corpo uterino devem ser investigados. Recomenda-se técnica de biopsia que produza um espécime íntegro e adequado para avaliação histopatológica, como a conização diagnóstica. Apesar da colposcopia dentro dos padrões de normalidade, a citologia persiste com a presença de Células Glandulares Atípicas de significado indeterminado (AGc) após 3 meses, sendo assim, a conduta conservadora é inaceitável.

NUTRICIONISTA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
29	43.518	DEFERIDO	Anulação da questão	<b>QUESTÃO ANULADA</b> A anulação foi deferida, pois como foi observado pelo candidato o sinal matemático foi digitado de forma incorreta.
37	43.518	INDEFERIDO	Anulação da questão	A anulação foi indeferida, pois no enunciado da questão utilizou-se o artigo “e” com sentido de soma, quando citado “carboidratos e gorduras monoinsaturadas”, por isso não foi citado individualmente a quantidade de gorduras monoinsaturadas nas alternativas e sim o percentual total da ingestão dos dois

				nutrientes. A Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), citada no texto e pelo candidato, deixa livre para o profissional adequar a quantidade de gordura monoinsaturada que deverá ser oferecida ao paciente, citando apenas o quantitativo exato de carboidratos. No entanto, de acordo com Cuppari, 2005 e com o enunciado da questão que pede o percentual total dos nutrientes, na terapia nutricional deve-se oferecer para pacientes diabéticos, de 60 a 70% de carboidratos e gorduras monoinsaturadas do valor total de ingestão de energia, valor que se encontra na alternativa B, citada no gabarito.
38	40.264	<b>DEFERIDO</b>	Anulação da questão	<b>QUESTÃO ANULADA</b> A anulação foi deferida, pois os argumentos do candidato estão corretos e nas alternativas não foi citado e especificado o uso de probióticos.
47	40.264	<b>INDEFERIDO</b>	Mudança de alternativa	A mudança de gabarito foi indeferida, pois a portaria faz referência apenas ao valor de temperatura e não cita a umidade relativa, sendo que é necessário que ambos os valores sejam rigorosamente controlados, de acordo com Mezomo, 2015. Podemos observar também que a Portaria, apesar de ser a principal legislação utilizada está desatualizada, sendo 2013 o ano de sua referência. Portanto o gabarito permanece na alternativa B.

PSICÓLOGO				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
30	40.917	<b>INDEFERIDO</b>	Anulação da questão	<p>A questão aborda o <b>tipo</b> de violação, que, prioritariamente, parte do tópico do conteúdo programático da prova: “Direitos Humanos e Cidadania”. De acordo com a OMS, é considerada violência obstétrica desde abusos verbais, restringir a presença de acompanhante, procedimentos médicos não consentidos, violação de privacidade, recusa em administrar analgésicos, violência física, entre outros. A declaração diz ainda que mulheres solteiras, adolescentes, de baixo poder aquisitivo, migrantes e de minorias étnicas são as mais propensas a sofrerem abusos, desrespeito e maus-tratos. A OMS revela ainda que a violência obstétrica é uma “violação dos direitos humanos fundamentais” (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS, 2014)</p> <p>BIBLIOGRAFIA:</p> <p>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. Violência obstétrica é violação dos direitos humanos, diz OMS. Câmara dos Deputados, Brasília, 02 out 2014. Disponível em: <a href="http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/violencia-obstetrica-e-violacao-dos-direitos-humanos-diz-oms">http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/violencia-obstetrica-e-violacao-dos-direitos-humanos-diz-oms</a>. Acesso em: 11 fev 2018.</p>